

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD

LUCELE ALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO AEE PARA
ESTUDANTES SURDOS**

PATOS - PB
2021
LUCELE ALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO AEE PARA
ESTUDANTES SURDOS**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Profa. Esp. Jacqueline Veríssimo Ferreira da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

S586i Silva, Lucele Alves da
A importância de profissionais capacitados no AEE
para estudantes surdos/ Lucele Alves da Silva. - Patos,
2021.
21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.
Orientadora: Prof^a. Esp. Jacqueline Veríssimo Ferreira da
Silva

1. AEE 2. Inclusão 3. Educação 4. Recursos I. Título.

CDU – 376-056.263

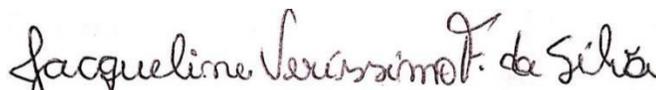
LUCELE ALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS NO AEE PARA
ESTUDANTES SURDOS**

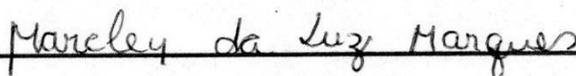
Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Libras-EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus Patos*, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

APROVADO EM: ___/___ 2021

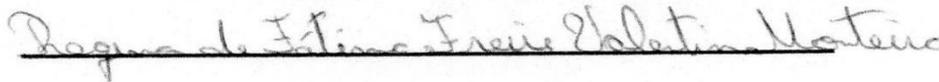
BANCA EXAMINADORA



Profª. Esp. Jacqueline Veríssimo Ferreira da Silva - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profª Me. Marcley da Luz Marques - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profª Esp. Regina de Fátima Freire Valentim - Examinadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

PATOS - PB
2021

RESUMO

O presente artigo propõe analisar e explicitar de forma clara e objetiva as atribuições dos profissionais de educação que atuam junto à sala de AEE com seus meios e recursos adaptados à educação de jovens e crianças portadoras de alguma superdotação ou deficiência, em especial as crianças surdas. Sob um olhar diversificado este estudo fora construído e estruturado de forma sintética e analítica, onde foram expostos os conceitos de cada termo que designa cada parte do processo educacional, para que assim, se tenha um embasamento teórico em que se possa acompanhar as vivências de um professor de educação inclusiva. Seguindo passos explicitados de uma sistematização onde se colhe informações para se chegar ao conhecimento devido do que viria a ser a educação inclusiva, como se dá a implementação e organização de uma sala de recursos. Neste estudo pudemos conhecer mais sobre os profissionais, os educadores que trabalham na sala de recursos, toda a formação que o mesmo tem que ter para ser um profissional capacitado a atuar em tal ambiente educativo/escolar. Vimos também as especificidades do alunado que é atendido neste espaço, como por exemplo, os alunos surdos. Bem como da comunidade da qual faz parte, intitulada: comunidade surda. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica e com os resultados obtidos dessa discussão de inclusão educacional, após sintetizar, chegamos às conclusões de que os resultados obtidos ao final do estudo foram de tal forma muito satisfatórios pois, mostraram e apresentaram com extremo cuidado e atenção os termos e sub divisões dos mesmos buscando elucidar quaisquer dúvidas relacionadas ao tema que vão desde o conhecimento a aplicação da educação especial dentro da sala de AEE, pelas pessoas com necessidades especiais educacionais, aos tipos de profissionais e os meios pelos quais a pessoa deve passar, tudo de forma clara e sucinta finalizando com o tradutor intérprete o qual de forma especial é um dos profissionais capacitados que atua na sala de AEE.

Palavras-chave: AEE. Inclusão. Educação. Recursos.

ABSTRACT

This article intends to analyze and explain in a clear and objective way, the attributions of the education professionals who work next to the SES room to the professionals of the SES room themselves with their means and resources adapted to the education of young people and special children. Under a diversified view, this study was built and structured in a synthetic and analytical perspective, where the concepts of each term which designates each part of the educational process were exposed, so that there is a theoretical basis in order to accompany the experiences of an inclusive education teacher. Following the steps of a systematization where information is collected to reach the proper knowledge of what is inclusive education, how to implement and organize a resource room for students with special needs. In this study we were able to learn more about the professionals, the educators who work in the resource room, all the development that they must go through in order to be a professional capable of working in such an educational environment. We also saw the specificities of the students who are assisted in the resource room and a little of the deaf students, as well as the community to which they belong, titled: deaf community. Using the bibliographic research method, and the results obtained from the discussion of educational inclusion, after synthesizing, we came to the conclusions that the results obtained at the end of the study were immensely satisfactory for they showed and presented - with extreme care and attention - their terms and subdivisions, aiming to elucidate any doubts regarding the topic, ranging from knowledge to the application of special education inside the SES room, to the people with special educational needs, to the types of professionals and the means by which the one must go through, everything in a clear and succinct way, ending with the interpreter who, in a special way, is one of the most capable professionals who work in the SES room.

Keywords: SES. Inclusion. Education. Resources.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	8
2.2 COMUNIDADE SURDA NO BRASIL	9
2.2.1 Cultura surda.....	9
3 LEGISLAÇÃO	10
3.1 LEI DA INCLUSÃO.....	10
4 SALA DE RECURSOS NO AMBIENTE ESCOLA	11
4.1 O PROFESSOR DE AEE.....	12
4.2 O TRADUTOR/INTÉRPRETE	13
5 MÉTODOS	14
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	14
6 PROFISSIONAL CAPACITADO	15
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	16
7 CONSIDERAÇÕES	18
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

A escola enquanto ambiente mediador de conhecimento tem como obrigação ser regida pela legislação vigente que garante a educação de todos. Mas nem sempre isso é possível ou é posto em prática. Vivemos em um mundo pluricultural em uma sociedade heterogênea onde os discentes precisam viver em sociedade respeitando as particularidades e diversidades do outro. O ambiente escolar não deve fugir dessa realidade social, na verdade a escola deve ser um reflexo do que acontece no meio social, onde as pessoas estão buscando cada vez mais seus conhecimentos e direitos de igualdade, em busca de um espaço na sociedade.

Porém o que vemos não é bem isso, a educação desde as últimas décadas vem se destacando no que se refere a melhoria no atendimento aos alunos que possuem altas habilidades/superdotação e também os alunos portadores de alguma deficiência, como por exemplo, os alunos surdos. No entanto, as escolas não têm conseguido alcançar a todos. A partir deste ponto de entendimento vemos que, o tratamento uniforme dado pela escola só vem reforçar as desigualdades e as injustiças sociais, uma vez que acaba favorecendo um tipo específico de indivíduo cuja cultura familiar já é próxima desse fazer educativo: “[...] todas as normas [...], tendem sempre a favorecer o sucesso (pelo menos no interior da instituição) de um tipo modal de homem [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 267).

A escola deve ser um ambiente que inclua a todos e isso vai muito mais além que o ato de disponibilizar recursos materiais e ofertar vagas é necessário que junto com a sociedade o âmbito escolar garanta igualdade de oportunidades a todos os discentes surdos, onde haja profissionais comprometidos com a educação destes e acima de tudo capacitados.

O objetivo deste trabalho é compreender a importância e atuação dos profissionais de educação na sala de AEE para uma educação inclusiva de qualidade; identificar e caracterizar os diferentes contextos de atuação destes profissionais; propiciar um melhor entendimento da função e do papel do educador dentro da sala do AEE e por fim, conhecer e ambientar-se perante a cultura surda e sobre as leis que os amparam.

Sabe-se o quão é importante se ter um ensino inclusivo e de ter profissionais capacitados para que isso aconteça, cada mais as pessoas com deficiência vêm se tornando mais visíveis na sociedade, pois as famílias vêm buscando ajuda para essas pessoas, procurando por ensino de qualidade que aprimore o saber de cada um deles respeitando seus limites de aprendizagem com

adaptações curriculares, sendo um ambiente acadêmico acessível para todos. Os alunos atendidos pela sala de AEE são: educandos com deficiência física, intelectual, mental ou sensorial, que em interação com várias barreiras, estas podem impedir sua participação de forma plena e efetiva na sociedade no que diz respeito a igualdade de condições.

Os profissionais que atuam no AEE dos alunos surdos são: os professores de Libras, os tradutores/intérpretes atuam na sala comum repassando o que o professor fala para a língua de sinais para o entendimento do aluno surdo. Esses profissionais devem ter um conhecimento da estrutura cultural, linguística, social e identitária do povo surdo.

Nossa cultura totalmente oralizada é muito rica e tem sua história contada por séculos de boca a boca, até que se instituiu a escrita como um meio de registros de fatos históricos. Bem como a cultura oral, a cultura surda busca aguardar sua história, sendo essa cultura que sempre existiu, mas que só após o reconhecimento linguístico das línguas de sinais, que a comunidade surda no mundo começou a mostrar a força de uma cultura presente em nossa sociedade.

O sistema educacional deve acompanhar todos os avanços desse grupo minoritário que as pessoas com deficiência fazem parte, para que possamos acolhê-los e entendê-los como pessoas que necessitam, algumas vezes de adaptações curriculares para poderem se desenvolver da mesma forma que um aluno que não possui deficiência. Tomando como exemplo, os alunos surdos e a sua particularidade linguística, a Libras.

Diversos autores discorrem sobre o tema e tem pontos de vista hora parecidos, hora controversos, mas é essa pluralidade de pensamentos que fará da educação inclusiva algo realmente importante e atuante dentro do ambiente escolar.

Esse trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, e a escolha deste tema se deu pela necessidade que nossa atual sociedade demonstra de uma educação inclusiva de qualidade, e vem a proporcionar aos leitores melhor entendimento sobre o tema em questão. Cada qual com sua visão e todos unidos pelos mesmos objetivos, que é a educação inclusiva de qualidade para nossos jovens surdos, ao decorrer deste trabalho até o final o leitor será capacitado a entender de forma clara e sucinta os termos e aplicações das diversas áreas do saber que formam a educação inclusiva no Brasil e em nossas escolas, pontuando os ambientes e os profissionais que atuam, os professores intérpretes e a sala de AEE.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Esta seria uma nova concepção de educação? Podemos dizer que sim. Dicio (2019a) nos mostra com clareza que educação dentre muitos significados é o ato de gerir conhecimento por meios de diversos métodos. Esse conhecimento vem a formar o intelecto do ser humano, cada geração e cada cultura detém o seu método próprio de gerir aos seus descendentes esse conhecimento. Pode-se repassar boas maneiras, civilidade, bons hábitos sociais etc. todo esse processo de educação culmina na educação formal, onde o ser aprende em uma escola o necessário para conviver no meio social, vemos também que hoje em dia o modelo de educação formal apresenta novos ares. A educação Inclusiva tem uma definição especial no dicionário online.

Área da educação dedicada ao ensino de pessoas com algum tipo de deficiência, normalmente em escolas regulares, ou também em instituições especializadas, como as escolas para cegos, escolas para surdos etc.; educação inclusiva: outro drama do sistema educativo é a necessidade de integrar os alunos com deficiência no âmbito da educação especial (DICIO, 2019b).

Tratamos de educação inclusiva aquela que abraça aos diferentes não é tão somente as ditas “normais”. A educação inclusiva garante o direito de educação a todos sem distinção alguma, implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas atuais na escola e nos sistemas de ensino vigentes no momento, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos. Ela pressupõe a igualdade e valoriza as diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos (VYGOTSKY, 1997). Entende que o educador sente a necessidade, através de cursos de formação continuada, de potencializar a independência, criatividade e socialização dos estudantes com deficiência, levando-os a reproduzirem um saber próprio.

Deve se ter em mente que a educação inclusiva nada mais é que o processo de inclusão, onde as pessoas com necessidades específicas ou de distúrbios de aprendizagem são inseridas na rede regular de ensino. Para que assim os mesmos, em se tratando da busca de uma sociedade inclusiva, tenham as mesmas oportunidades de receber uma educação de qualidade e especializada de acordo com a especificidade de cada um presente no ambiente escolar. A educação inclusiva é

uma mudança urgente em nosso modelo educativo e compreende diversos aspectos, como a reestruturação física das escolas, com soluções de barreiras arquitetônicas e introdução de recursos e de tecnologias visuais. Além disso, é preciso investir na presença de profissionais especializados em ensino especial e compreender que a incorporação desses na rede de ensino deve vir em conjunto com o planejamento da grade, a organização escolar e a avaliação do ensino. Ou seja, uma completa adequação do ambiente escolar às demandas de todas as crianças sejam elas com limitações ou não.

2.2 COMUNIDADE SURDA NO BRASIL

Antes de qualquer menção ou fala escrita faz-se de suma importância explicar um pouco sobre o que é, e como se estabelece a comunidade surda no território brasileiro. Devemos aceitar que “Somos todos diferentes”. Quando as pessoas entenderem as suas diferenças, com certeza o mundo ficará melhor. Aceitar o outro requer conhecimento sobre sua condição e realidade e a gente precisa de empatia para entender como os outros se sentem.

Conhecer a comunidade surda é um ato igual: quanto mais tivermos conhecimento sobre nossos amigos surdos, mais ajuda daremos para a nossa comunidade se tornar mais inclusiva e justa a cada dia. Para compreender melhor, como descreve o Portal Educação (2020), Cultura é uma palavra tão antiga quanto tempo histórico, possui vários significados em vários cenários, porém podemos simplificar demonstrando que é tudo aquilo que simboliza o que é aprendido e compartilhado por indivíduos de um determinado grupo social e de uma sociedade como um todo. E que com isso confere identidade a este determinado grupo.

Também é notório como no decorrer dos tempos a cultura surda vem se firmando depois de passar por grandes adversidades.

2.2.1 Cultura surda

Seria tudo aquilo que se relaciona com a pessoa surda, todo o seu entorno social, familiar e emocional. Que se subdividem em outros tantos fatores. A cultura por si só já é algo muito abrangente. Se delimitando então aos surdos temos o que Portal Educação (2020) nos mostra na definição de cultura surda: “Cultura surda” uma de suas definições é que pode ser entendida como

o jeito como o sujeito surdo entende este mundo e com isso consegue modificá-lo em função de suas percepções visuais. Ela abarca as ideias, crenças, costumes e hábitos.

Esta definição nos leva a uma macro compreensão de mundo onde o ser humano é agente modificador do seu ambiente, a cultura surda pode ser tida como uma forma de expressão, auto aceitação e acolhimento de um grupo de indivíduos, só atualmente temos diversas outras culturas existentes dentro da “nossa cultura predominante” como a cultura “*geek*” que é tida como a cultura dos mais inteligentes e estudiosos que adoram livros e filmes de super-heróis, e isso os une em uma comunidade, com a cultura surda ocorre o mesmo eles se unem em torno de um bem comum que é a socialização de seus pares, e essa socialização engloba a língua, o gestual, o visual.

Quanto à identidade surda, conforme ressalta Perlin (1998, p. 53) “dentro da cultura ouvinte é um caso em que a identidade é reprimida, se rebela e se afirma em questão da original. A identidade é uma identidade de subordinação em vista da alteridade cultural, a mesma que se dá entre outros grupos étnicos”.

Tudo que corrobora para uma identificação plena como pessoa surda faz parte dessa cultura, aos poucos nossa sociedade está fazendo o que pode para incluir cada vez mais as pessoas com alguma “especialidade” para não dizer “incapacidade”. Poderia ser melhor, porém é como estamos, a passos lentos, mas constantes.

3 LEGISLAÇÃO

3.1 LEI DA INCLUSÃO

Temos hoje em nosso país um amparo legal para a educação especial, desde sua criação a lei Brasileira de Inclusão abriu caminhos para uma educação mais digna, onde todos têm uma real chance de estudar não importa sua condição física/mental como nos mostra a passagem da Agência do Senado Federal.

Temos também a lei que trata da educação para a pessoa surda, que se mostrou um grande avanço no meio. Antes a pessoa surda não podia se integrar ao ambiente escolar comum, pois não teria como compreender as lições que ali eram repassadas, a não ser que ela fizesse uso de leitura labial. A implementação da lei veio para mudar esse cenário.

Os instrumentos legais mais relevantes para a educação de surdos, no Brasil, são a Lei n. 10.436, de 24.04.2002, que regulamenta e dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e o Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (BRASIL, 2002; 2005; 2000).

Podemos explicar da seguinte forma, a Lei n. 10.436 é a que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como a língua de comunicação da comunidade surda no Brasil, embora, ela mesma não substitua a modalidade escrita da língua portuguesa. No artigo 1º, parágrafo único, a lei estabelece que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a forma de comunicação oficial (da comunidade surda), enquanto primeira língua, na qual o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Desta forma, determina que o poder público deve garantir o apoio necessário para o uso e difusão da Libras, como meio de comunicação nas comunidades surdas brasileiras. Descreve também sobre as garantias de atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva (BRASIL, 2002).

[...] [a] necessidade de atuação em favor de padrões satisfatório de desempenho a serem alcançados, caracterizando-se como principais enfoques: melhorar a adequação de métodos; adotar procedimentos e instrumentos para identificação, diagnóstico e prescrição de atendimentos; aperfeiçoar currículos e programa suprir material didático e escolar e equipamentos especializados adequar instalações físicas e suprir de pessoal docente e técnico especializado o tratamento educacional de excepcionais (BRASIL, 1977, p. 13).

Atualmente um dos maiores desafios de nossa sociedade é construir uma escola numa perspectiva inclusiva, ou seja, que atenda adequadamente e igualitariamente a todos os estudantes sejam eles ditos normais ou os que possa a vir a ter características, potencialidades e ritmos de aprendizagem diferentes dos demais alunos, esse é o caminho que os sistemas educacionais estão e precisam percorrer.

4 SALA DE RECURSOS NO AMBIENTE ESCOLA

As salas de recursos são ambientes dentro da escola destinados AEE, complementando ou suplementando a educação dos alunos com necessidades especiais, espaços onde se realiza o atendimento educacional especializado para que esse aluno com necessidades educacionais especiais possa, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um

novo fazer pedagógico favorecer a construção do seu conhecimento. Dando subsídios para que desenvolvam o currículo e participem normalmente da vida escolar como qualquer outro aluno.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009).

A sala de recursos é em si um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado e nela trabalha o profissional devidamente capacitado para tal, o professor de AEE.

4.1 O PROFESSOR DE AEE

O profissional de AEE é o responsável pelo comando/direcionamento da sala de recursos é ele o responsável por manusear e empregar os instrumentos de apoio à educação inclusiva com alunos da sala. A educação Inclusiva tem como prioridade e base considerar a deficiência de uma criança ou de um jovem como mais uma das muitas características diferentes que os alunos podem ter para assim prestar um trabalho de excelência na educação desse público E, assim sendo, ele respeita essa diferença e encontra formas adequadas para transmitir o saber/conhecimento e avaliar o aproveitamento de cada aluno.

Vários estudos, no Brasil e no mundo, têm demonstrado que essa pedagogia centrada no aluno (Pedagogia Libertadora) é benéfica para todos os estudantes com e sem deficiência porque reduz a taxa de desistência e repetência escolar; aumenta a autoestima dos alunos; impede o desperdício de recursos; ajuda a construir uma sociedade que respeita as diferenças (SANTOS, et al., 2009).

O profissional que atua na sala de AEE deve desenvolver um pleno trabalho no qual deva abranger todas as instâncias da escola, desde a equipe diretiva e pedagógica aos professores da sala

comum, como também deve imergir a família e principalmente os alunos da sala regular com os alunos atendidos na sala de AEE.

Nesse sentido o professor de AEE tem como principal objetivo desenvolver nos alunos estímulos indispensáveis ao pleno desenvolvimento, através de recursos pedagógicos, tecnológicos e educativos, contribuindo de forma significativa para a independência e autonomia.

4.2 O TRADUTOR/INTÉRPRETE

Desde que o mundo é mundo, existem surdos entre nós, e a comunicação com eles por muito tempo foi muito difícil. Com o decorrer dos anos a Libras foi reconhecida oficialmente, e a comunicação foi sendo facilitada. a necessidade de ter um profissional capacitado para assegurar a acessibilidade comunicacional entre surdos e ouvintes.

De acordo com Quadros (2007, p.7) o tradutor/intérprete de Libras é conceituado como “a pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”. Tendo a prerrogativa da formalização da língua, foi criado o cargo de professor tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais pela lei nº 12.319 de 01.09.2010.

O tradutor/intérprete também atua nas salas de recursos multifuncionais SRM como mediador de conhecimento entre o aluno e seu professor regular, visto que a profissão tem ampla área de trabalho. Dentro da unidade escolar este profissional repassa os conhecimentos ao aluno por meio da Libras e quando se faz necessário traduz o que ele diz ao professor ou aos demais colegas de sala de aula.

[...] o trabalho de interpretação não pode ser visto, apenas, como um trabalho linguístico. É necessário que se considere a esfera cultural e social na qual o discurso está sendo enunciado, sendo, portanto, fundamental, mais do que conhecer a gramática da língua, conhecer o funcionamento da mesma, dos diferentes usos da linguagem nas diferentes esferas de atividade humana. Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos (LACERDA, 2009, p. 21).

Ao transferir determinado assunto a Libras ou ao português o tradutor/intérprete trabalha diretamente na inclusão do surdo na sociedade, ou seja, sua inclusão educacional. Este é o principal

objetivo da atuação deste profissional na sala de recursos dentro de uma escola. E atentamos ao ponto de que este processo só se torna possível se a pessoa surda for usuária da LIBRAS.

Sá (2005, p. 188) nos mostra uma dura realidade ao defender e afirmar que “escola inclusiva não é sinônimo de escola regular”. O nosso currículo escolar continua criando e adotando programas educacionais para quem ouve, os ouvintes. Esses são feitos por eles e para eles. Então como a escola pode ser inclusiva? O papel do tradutor/ intérprete é árduo, pois a cultura de nossa atual sociedade ainda tem que melhorar muito. Estamos caminhando, a passos lentos, porém não se para.

A existência da sala de recursos em um ambiente escolar por si só já é uma vitória o tradutor/intérprete. Pois nela ele detém todos os recursos e aparatos para um melhor atendimento ao aluno, levando em conta que essa sala é adequada e montada justamente para esse fim.

Observar, analisar e compreender a atuação do intérprete de LIBRAS na sala de aula, como uma das práticas da Política de Educação Inclusiva vigente em nosso país, é uma tarefa [...] de contribuir, criticamente, para o avanço da educação de surdos no sentido de que esta venha a cumprir as diretrizes e metas estabelecidas pela educação geral, em relação ao aspecto transformador que deve proporcionar à sociedade (LEITE, 2005, p. 12).

Deve-se salientar que o surdo constrói seus conceitos baseados na interação que o mesmo tem com o tradutor/intérprete, essa interação se dá em sala de aula quando o mesmo está presente nela ou na sala de recursos, essa confiança e essa ligação são de suma importância visto que o surdo tem no tradutor/intérprete a visão daquele que no momento detém o conhecimento, pois é através das mãos dele e de suas expressões que o surdo se reconhece e conhece o conteúdo apresentado. O tradutor/intérprete se apoia nas experiências vividas e trazidas à tona pelo surdo, pois todo ser humano carrega em si uma bagagem cultural de seu meio. Ninguém é vazio de conhecimento.

5 MÉTODOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, sendo a mesma realizada através de diversos livros e artigos relacionados ao tema do trabalhado. Sendo levado em consideração o que diz nesse sentido, Gil (2005) explica que os exemplos mais característicos desse

tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema.

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas, sites, lei e periódicos, sejam eles em via impressa ou online. Atualmente, muito se usa a internet para pesquisa de artigos e publicações de todo o globo. O estudo quando é bibliográfico ele é o primeiro passo que se dá na construção concreta de uma pesquisa, para assim saber se já existe ou existem um ou diversos trabalhos ou projetos na área escolhida, podemos dizer que, após a escolha de um assunto é extremamente necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema estudado. Nesse sentido, Vanti (2002) define a bibliometria como conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do conhecimento em um campo científico através de uma abordagem quantitativa e estatística de diversos dados bibliográficos.

O intuito motivacional dessa pesquisa foi ter e dar ao leitor um maior e amplo esclarecimento sobre a importância da existência de uma sala de recursos e como ela funciona dentro do ambiente escolar, para que ela é destinada e como seus profissionais de educação atuam dentro desse ambiente educativo/escolar, para isso utilizando as referências pesquisadas.

As principais fontes de referência foram as obras de Perlin (1998), Vygotsky (1997), Leite (2005) e Sá (2002) bem como as leis que se referem a educação inclusiva no Brasil, fazer um recorrido histórico para entender onde buscar inicialmente as obras para este trabalho e assim estruturá-lo de acordo com a temática. Utilizando para isso os princípios de Vanti (2002).

6 PROFSSIONAL CAPACITADO

Para que um profissional atue nesta área, além da sua capacitação profissional que é requisito mínimo e obrigatório, o profissional deve também levar em sua bagagem: paciência, amor e dedicação, pois são essenciais para que a inclusão aconteça, eliminando assim, barreiras que atrapalhem a plena participação desse aluno, a escola também deve se despir de tabus e medos, sendo então um ambiente acolhedor de educação e possibilidades.

Meirieu (2005, p. 44) nos ajuda nessa direção quando afirma que

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola [...]. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva.

Por ter todo um contexto é de suma importância que o profissional que atua no AEE, precise estar em constante capacitação. Vivemos o tempo de tradução, isto é, o momento de criar diálogos entre os diferentes conhecimentos e experiências disponíveis neste mundo tão plural e Heterogêneo (SANTOS, 2007).

A capacitação do profissional de AEE vai além do conhecimento específico, ele precisa de um embasamento psicológico para lidar com as diversas situações que o atendimento a alunos que necessitam da educação inclusiva levará até ele. E o apoio familiar e da sociedade/ambiente escolar se mostra necessário como nunca.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados do presente trabalho foram bastante satisfatórios pois, com eles foi possível conseguir um dos objetivos principais que era levar o leitor a um novo olhar diante da educação inclusiva na sala de recursos e reconhecer seus profissionais e suas capacidades.

Sendo a educação de boa qualidade, um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico e social de um país, priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por nossa sociedade e pelos educadores, em particular, para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos. (SAMPAIO, 2009, p. 31).

Tendo um olhar diferenciado para com os mesmos num futuro próximo e acolhedor diante de tantas necessidades, e que no futuro as tecnologias e os profissionais, possam facilitar a inclusão estando os mesmos mais capacitados para atuar nesse processo, assegurando, portanto, um acesso maior a aprendizagem e a participação de todos os indivíduos com necessidades educativas ao passo que tenham também todos os seus direitos garantidos, não só no papel, mas, na prática também.

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades educacionais

oferecidas a totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar. (BRASIL, 1999, p. 21).

Trabalhar com o AEE é ser diferenciado. É buscar novos conhecimentos e meios de ajudar o aluno surdo no processo de desenvolvimento, garantindo a ele o ensino de qualidade e oportunizando novas habilidades sem esquecer de respeitar seus limites. Devemos buscar novidades, principalmente materiais didáticos que estimulem habilidades e auxiliem no desenvolvimento dos educandos.

Têm-se nas salas de recursos uma diversidade considerável de materiais, como jogos que estimulam a concentração e percepção do aluno; alfabeto; alfabeto em libras; atividades de leituras, jogos para percepção auditiva e visual; atividades para trabalhar consciência fonológica; jogos de vocábulos; formas geométricas; material dourado; livros; além de materiais confeccionados pela professora do atendimento.

Neste espaço o aluno surdo terá oportunidade de estudar o ensino da Libras, o ensino em Libras e o ensino de Português como segunda língua. Em meio a tanta diversidade, ainda a muito a ser feito, mas já é possível, notar a convivência da sociedade com novos paradigmas e a importância do meio tecnológico para humanidade. Em meio a mudanças e conquistas, encontramos hoje novas formas para educar, como por exemplo, a reorganização dos espaços escolares, qualificação dos professores, a participação a família no contexto escolar e na vida dos seus filhos.

Portanto, é muito importante e proveitoso, no que diz respeito a participação do surdo na escola e não a inclusão do surdo totalmente dita. Inserir não é incluir na escola. Não é só a participação desses no ambiente escolar, mas sim ter o direito de aprender com qualidade, ter atividades diferenciadas (se necessário), ter um currículo pedagógico adaptado, de maneira a garantir a ele, o ato de ler e escrever e a ter autonomia, sendo um sujeito independente, para participar do meio social com dignidade.

É direito do aluno surdo que aprenda como primeira língua a língua de sinais e como segunda língua, a língua portuguesa. Porém, é papel da instituição escolar, pensar pedagogicamente em como oferecer essa estrutura ao aluno, garantindo a ele um desenvolvimento de qualidade, fazendo com que esse indivíduo, insira-se na cultura surda.

Percebe-se então, que a problemática levantada e discutida no presente trabalho teve sua resposta alçada e fundamentada, após as devidas pesquisas e arguições propostas neste estudo. Levar o leitor

a condição de participante visual ao ler este estudo o fará viajar pelos seus pensamentos e questionamentos diários a respeito da educação inclusiva nas escolas brasileiras, bem como o adequado uso e manejo da sala de recursos pelos alunos e seus professores.

7 CONSIDERAÇÕES

Ao término desse trabalho, chegou-se à conclusão da extrema importância para a educação nos dias atuais de uma política de educação inclusiva para que o alunado com necessidades educativas tenham maiores oportunidades para adaptar-se e conviver em uma vida em comunidade e sociedade, sendo estas mais justas para os alunos que dela precisam, existem atualmente uma diversidade e uma gama de alunos com necessidades especiais que necessitam de uma educação de qualidade como qualquer outro aluno, seja ele da rede pública ou privada. Esse assunto por hora está deixando de ser um tabu, para ser uma necessidade imediata para uma educação inclusiva de verdade, viu-se que esses alunos são capazes de realizar atividades, e que só necessitam terem professores e profissionais capacitados que os ajudem a melhorar suas habilidades.

É necessário e preciso então que aconteçam sempre ações e adequações nas instalações físicas das escolas para que haja mais acessibilidade para estas pessoas, mais ações de acolhimento a esses alunos, voltadas em especial ao convívio social, através de constantes diálogos com os familiares e com a sociedade civil em geral. Viu-se também a fragilidade de um sistema educativo que necessita de constante atualização para acompanhar os atuais avanços educacionais no que tange a educação especial, que a atualização constante é o segredo para um futuro promissor diante da educação inclusiva brasileira. E de que adianta ter todo esse aparato atual, bem como um espaço físico na escola de dar inveja se não tivermos diante de nós, e a frente dessa sala de recursos, os profissionais adequados.

Sendo estes educadores que da mesma forma que a educação brasileira, necessita de constantes e atuais atualizações e formações, pois esse público em especial demanda uma atenção mais específica pois, as necessidades deles também são específicas e para que o trabalho flua adequadamente estes profissionais devem antes de tudo se sentirem valorizados diante da sociedade e da família desses alunos.

Um profissional bem remunerado, bem qualificado e valorizado rende um trabalho primoroso diante desses alunos que tanto necessitam de uma educação inclusiva para que se sintam parte de um mundo, parte de um todo na sociedade na qual convivem, sem às vezes poder fazê-lo em sua totalidade. Que um futuro sem educação, sendo ela também, inclusiva, é um futuro fadado ao desespero e a ilusão de uma perfeição não existente.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos como necessidades educacionais especiais**. Brasília, 1999. 60p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Centro Nacional de Educação Especial. **Plano Nacional de Educação Especial 1977/1979**. Brasília: MEC; CENESP, 1977.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Inclusiva**. Porto: 7Graus, 2019a. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inclusiva/>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Educação**. Porto: 7Graus, 2019b. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/educacao/>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Inclusão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIL, Marta. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: São Paulo, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola**. [S.I.], [2006]. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282a.htm>. Acesso em: 08 jan. 2020.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Petrópolis: Arara azul, 2005.

LIMA, Priscila Augusta; VIEIRA, Therezinha. **Surdos: a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MARCON, Andréia Mendiola. O papel do tradutor/intérprete de Libras na compreensão de conceitos pelo surdo. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PERLIN, Gládis Teresinha Tachetto. Identidades surdas. In: (Org.) SKILIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PORTÃO EDUCAÇÃO. **A Cultura Surda e as Diferentes Identidades Surdas**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-cultura-surda-e-as-diferentesidentidades-surdas/65139>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

PORTÃO EDUCAÇÃO. **A Comunidade Surda**. 2020. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-cultura-surda-e-as-diferentesidentidades-surdas/65139>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SÁ, Nídia Regina Lima de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SANTOS, B. de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAMPAIO, Cristiane T. SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12918.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.